

## **Imprimir Mortos:**

### **Francisco de Paula Brito e a disseminação da escrita fúnebre no Brasil oitocentista<sup>1</sup>**

Bruno Guimarães MARTINS<sup>2</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

#### **Resumo**

A escrita é uma “atitude diante da morte”, ou seja, as formas do registro fúnebre são gestos historiográficos que resistem à morte ao se endereçarem aos vivos. Tal tradição, que remonta o próprio surgimento da escrita, apresentou modificações significativas em seu desenvolvimento. Exploraremos em maior detalhe as inovações da escrita fúnebre a partir do século XVIII, quando a proibição de enterros nos limites da cidade alimentou a necessidade de imprimir homenagens aos mortos. Diante desta contextualização histórica ampla, buscaremos algumas das particularidades do cotidiano da morte no Brasil oitocentista a partir da análise de alguns impressos fúnebres realizados pelo editor pioneiro Francisco de Paula Brito (1809-1861).

**Palavras-chave:** Impresso; Fúnebre; Brasil oitocentista; Francisco de Paula Brito.

#### **Quando os mortos levantam problemas**

Iniciaremos com uma breve, porém, paradoxalmente, ampla contextualização histórica das atitudes do homem diante da morte. Muito antes de imprimir, escrever é certamente um dos gestos que tem por objetivo marcar a experiência da morte, conservando a identidade do túmulo e a memória do desaparecido. Tal gesto é uma prática cultural contínua desde o surgimento da escrita, lembrando que, também na pré-história, ritos fúnebres apresentam intencionalidade no tratamento aos mortos e aos espaços a eles destinados, muitas vezes incluindo oferendas. Certamente não eram todos aqueles quem detinham (e que ainda detém!) os direitos ao registro escrito de sua morte, tal desigualdade implica em considerar a escrita fúnebre como indício de diferentes “políticas da morte” que se apresentam em práticas culturais ao longo da história. Uma aparência “acrônica” dos ritos fúnebres deverá ser questionada, buscando-se compreender modificações e inovações nas formas de se lidar com a morte e com os mortos, seguindo o alerta do historiador das mentalidades: “Os contemporâneos não se aperceberam delas [as modificações do homem em face da morte] porque o tempo que as separa ultrapassa várias gerações e excede a capacidade da memória coletiva” (ARIÈS, 1989, p. 13).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, email: brunomartins@ufmg.br

Diferentemente da Antiguidade Greco-romana, quando os túmulos eram dispostos ao longo das estradas que saíam da cidade ou do cristianismo primitivo que não permitiu, salvo exceções, a inumação nas igrejas, ao longo da Idade Média “se enterrava *ad sanctos*, ou seja, o mais perto possível dos túmulos dos santos ou das suas relíquias, num espaço sagrado que compreendia (...) a igreja, o respectivo claustro e dependências” (ARIÈS, 1989, p. 125). Importante notar que a maioria destes túmulos, especialmente dos mais pobres, não continham identificação, sendo os conjuntos de ossadas constantemente rearranjados. Percebe-se uma mudança a partir do século XVI, quando prosperou dentre os religiosos um discurso condenatório à “falsa piedade funerária” da Idade Média, cuja ênfase na humildade e na espiritualidade acusava uma valorização excessiva do destino terreno dos corpos. Além disso, com a Reforma Católica, foi necessário rearranjar os espaços para novas práticas litúrgicas e pastorais, ocupando-se aos poucos os antigos cemitérios no entorno das igrejas, o que terminou por romper o elo físico entre a igreja e cemitério. Finalmente, uma crescente laicização das práticas cotidianas, inclusive dos rituais funerários, enfraqueceu a centralidade da igreja e, aos poucos, o cemitério que era percebido como espaço de veneração e piedade passou a apresentar-se como ameaçador foco de podridão e contágio, seguindo a crença sanitarista da época. Na segunda metade do século XVIII, a convivência familiar entre mortos e vivos, que compartilharam por séculos, de forma pacífica e indiferente, os espaços públicos e sagrados da igreja, tornara-se intolerável.

Na França pré-revolucionária, este verdadeiro horror aos mortos, desenvolveu-se na proibição da inumação em Igrejas e culminou com a remoção de cemitérios que encontravam-se no *intra muros* da cidade. As ossadas que se encontravam no velho cemitério dos Inocentes foram transportadas à luz de archotes e braseiros, durante as noites de inverno de 1785 a 1787, oferecendo um longo e requintado espetáculo macabro com a exumação de mais de 20 000 cadáveres. As novas necrópoles parisienses, Père-Lachaise, Montmartre e Monparnasse, situavam-se, àquela época, fora dos limites da cidade. Um século após sua expulsão, as vizinhanças dos cemitérios já encontravam-se novamente habitadas e o argumento sanitarista perdera a validade. Diante desta nova inversão, em fins do século XIX encontrava-se consolidada uma nova prática fúnebre e a necessidade de se manter um espaço público reservado ao culto dos mortos dentro nos limites da cidade. Dessa forma, paradoxalmente, “dizia-se no séc. XVIII: nada de cidades com cemitérios. Dir-se-á no fim do séc. XIX: sem cemitérios não há cidades.” (ARIÈS, 1989, p. 133).

Que fique claro que ao esboçar transformações genéricas, não estamos descrevendo

transformações lineares. Para ficar com apenas um exemplo, o hábito de se enterrar junto às Igrejas ainda é praticado em cidades que mantêm forte ligação com suas matrizes religiosas, como nas mineiras Tiradentes e Ouro Preto. Entretanto, continuidades não devem evitar que percebamos rupturas e inovações. Desde meados do século XX, configurou-se um novo cenário para o moribundo que aponta para o aprofundamento da desfamiliarização da morte no cotidiano. Na assepsia do leito de hospital, médicos, enfermeiros e familiares buscam, a todo custo, evitar a morte, a “morte interdita”. Neste sentido, as novas necrópoles transfiguram, idilicamente, a natureza em sua principal atração acusando a morbidez de representações antigas, como as imagens de cadáveres decadentes e esqueletos conhecidos como *transi* que decoraram túmulos e impressos fúnebres desde o século XVI e alcançaram seu auge no período romântico quando se representou uma morte relativamente autônoma, a “morte do outro”. Com a popularização dos crematórios, que, literalmente, reduzem os mortos a pó, dificultou-se sua visitação. Além disso, a ausência das crianças nos enterros contemporâneos indica que a interdição da morte definirá novas práticas de culto aos mortos para próximas gerações. Esta crescente imaterialidade da morte e dos mortos deverá atribuir novos contornos à memória dos mortos e à escrita fúnebre, especialmente no ambiente digital.<sup>3</sup>

Estamos conscientes dos problemas destas linhas que pretendem ordenar uma “história ocidental”, especialmente considerando-se sua relação com situações “marginais”. Entretanto, não devemos duvidar que bem traçadas, tais linhas seriam capazes de produzir uma contextualização complexa a partir da qual se revelam particularidades significativas. Dessa forma, o olhar externo do viajante sobre a morte no Brasil oitocentista foi útil ao historiador para identificar o protagonismo social de velórios, cortejos e missas fúnebres:

Os brasileiros faziam da participação nessas cerimônias obrigação de fé, se não um dos passatempos prediletos, conforme o testemunho dos viajantes estrangeiros, os quais, preconceituosos, principalmente os protestantes, esquecidos de que em seus países um dia a morte fora assim celebrada, viam naquilo indício de atraso brasileiro ou superstição católica. (...) As famílias ricas distribuíam centenas de *cartas-convites*. Uma viúva do interior da Bahia escreveu um *convite* em que chamava o destinatário para ‘abrilhantar’ o funeral de seu marido. Nessa época, meados do século, nos centros urbanos já se vendiam *convites impressos*. Mas muitos anos depois começaram a aparecer na imprensa os *anúncios* de agradecimento aos que compareciam a funerais, como o da família Alves que, em 1857, agradecia ‘a todos os amigos’ que se dignaram comparecer ao acompanhamento do cadáver de sua mulher, filha, irmã etc.”. (REIS, 1997, p. 116-117, grifos meus)

<sup>3</sup> O encadeamento das expressões “morte domesticada”, “morte de si próprio”, “morte do outro” e “morte interdita” resumem transformações nas atitudes diante da morte assim como descritas por Ariès (1989, 2014).

Acontecimento exemplar que, se não sincroniza, aproxima os contextos europeu e brasileiro ficou conhecido como Cemiterada. Assim como detalhadamente descrito pelo historiador João José Reis (1991), esta “revolta popular” ocorreu na capital baiana em 25 de outubro de 1836. Motivados contra a lei que proibira os enterros nas igrejas, sinos convocaram membros de irmandades e ordens terceiras, em cujas funções contava cuidar dos funerais de seus “irmãos”. Com o apoio de “muitas outras pessoas”, a multidão dirigiu-se ao Campo Santo, nos arredores da cidade e, antes de ser contida pelo destacamento militar, embalada pelo curioso pregão “morra ao cemitério”, destruiu as recém inauguradas instalações do que seria a nova necrópole.

A Cemiterada é sintomática das modificações no cotidiano da morte no Brasil oitocentista cujas relações encontravam-se, cada vez mais, mediadas e ordenadas por impressos. Nas mais de 250 páginas do *Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal* do Rio de Janeiro, publicado por uma das tipografias de Paula Brito em 1854, observamos que, em sua seção de abertura, intitulada significativamente “Saúde Pública”, seis parágrafos versam regras “sobre cemitérios e enterros”. Nas primeiras linhas podemos ler uma norma inequívoca: “Fica absolutamente proibido enterrarem-se corpos dentro das igrejas ou nas sacristias, claustros dos conventos, e em qualquer outros lugares, nos recintos dos mesmos” (1854, p. 3). Seguem orientações detalhadas sobre os locais permitidos, formas de se transportar o cadáver, instruções sobre a profundidade da cova e exigências legais para a realização do sepultamento. Infrações eram punidas com multas e, até mesmo, cadeia para aqueles que “não tem como pagar”. Com o código impresso, a expressão “não ter onde cair morto” apresentaria contornos de realidade cotidiana.

### **Além dos túmulos**

Parte de uma extensa tradição ocidental, a escrita fúnebre comprova sua relevância quando pensamos que se confunde com a própria origem da história, configurando-se como uma espécie de gesto historiográfico original, uma vez que a construção de uma memória coletiva que parte de mortos “importantes”, institui os princípios para o desenvolvimento de uma consciência histórica, que busca ordenar acontecimentos significativos de forma compreensível. Grosso modo, os registros mais antigos, como, por exemplo, os hieróglifos encontradas no interior dos túmulos e pirâmides egípcias, são endereçados aos mortos e aos deuses. Em conjunto com outros elementos rituais, estas inscrições mediavam a relação com o mundo dos mortos e dos deuses, tal era o respeito e crença na sua existência. Assim

como na Mesopotâmia, no antigo Egito a escrita tinha por função separar (velar) o morto e seu túmulo. Por sua vez, as inscrições que encontravam-se nas partes externas do túmulo dedicavam-se a solicitar oferendas para os mortos, confirmando mais uma vez seu endereçamento “interno”. Na antiguidade grega, com o desenvolvimento de uma “polis” aristocrática, escrever e representar os mortos, prática antes dedicada somente ao herói, seria cada vez mais relevante politicamente.

Se inscrição fúnebre encontra-se originalmente revestida de uma forte qualidade político-espacial capaz de separar o mundo dos vivos e dos mortos, tal função limiar desenvolveu-se no sentido de apresentar diferenças sociais entre os vivos. Neste sentido é relevante destacar uma diferenciação entre as inscrições que encontravam-se *in praesentia* dos restos mortais e aquelas que passam também a ocupar lugares distintos do túmulo, inscrevendo-se *in absentia*. Tal diferenciação interfere diretamente nas divisões entre profano e sagrado, assim como em diferentes graus de visibilidade pública. Indícios de relações de poder e hierarquias sociais apresentam-se na tradição de escrita fúnebre pois, como já notado, “nada é tão desigual quanto a morte” (VOVELLE *apud* PETRUCCI, 1998, p. xvi).

Em seu alvorecer, as inscrições gravadas nos túmulos eram dedicadas a registrar a existência dos “grandes”: reis, heróis, santos, sacerdotes, mártires, nobres etc. Aos poucos, na medida em que passavam a ser endereçados também aos “vivos”, tornou-se comum registrar o nome e os feitos do morto. Antes da antiguidade grega é difícil identificar padrão nas inscrições, mas, a partir do século V a.C, influenciada pelo estabelecimento de uma cultura livresca anterior ao incunábulo, quando os papiros ordenavam textos em colunas, pode ser percebida uma maior homogeneidade. Para cumprir sua função pública, a composição da escrita fúnebre ganhou maior legibilidade em sua disposição quase exclusivamente horizontal, direção única de leitura e regularidade na separação entre as letras e linhas. Da pedra ao metal, do pergaminho ao papel, a escrita fúnebre, progressivamente, vulgarizou-se e disseminou-se, cada vez mais, em espaços distintos dos túmulos (Cf. PETRUCCI, 1998, p. 10-14).

### **Da epigrafia ao impresso fúnebre**

Nota-se uma significativa ampliação dos espaços destinados a inscrições nos túmulos europeus a partir do século XIII, quando a disseminação do letramento contribuiu para distanciar os textos dos restos mortais. Cada vez mais escrevia-se para que os textos

pudessem ser lidos, citados, recitados, comercializados, e reproduzidos. Desde o século XV surgiram uma série de novos impressos fúnebres que se aproveitavam da fácil mobilidade do papel, como coleções e antologias de epígrafes. Aos poucos, sob a égide do “em honra de”, o escritor buscava construir sua própria fama como autor, não se tratava apenas de registrar e elogiar o morto, mas de uma composição poética, de uma elegia. Percebe-se então uma sutil, porém significativa, modificação quando a *escrita dos mortos* tornou-se *escrita sobre os mortos*. A eternidade que se pensava gravada nas lápides transfigurou-se na reverberação impressa da voz de um autor. Ao agradar tanto uma elite que se interessava pelo prestígio e distinção social, quanto um público cultivado atento à qualidade estética dos textos, a *escrita sobre os mortos* ganhou popularidade.<sup>4</sup>

Desde o século XVII proliferaram livros sobre tumbas e cemitérios, manuais de decoração de túmulos, livros ilustrados com registros de funerais, além de uma longa tradição literária que tematiza a morte e os mortos. Neste mesmo sentido, túmulos individuais foram transferidos para fora da cidade, multiplicando suas inscrições na repetição igualitária das tumbas. Entretanto, privou-se o espaço público urbano da intensa e contínua convivência com os mortos e com a epigrafia fúnebre convencional, que se encontrava acoplada aos restos mortais. Estas transformações foram impulsionadas por uma forte corrente de secularização capitaneada pelo pensamento iluminista, que buscava neutralizar o temor religioso e racionalizar a relação com a morte. Ao se separar dos mortos, os vivos buscavam mitigar a chantagem moral operada pela igreja.

Na segunda metade do século XVIII, em Parma, Giovan Battista Bodoni desenhou uma família tipográfica que contrastava traços grossos e finos para formar pesadas maiúsculas romanas de inspiração clássica. Variações deste desenho se tornariam a letra ideal do século seguinte. Desde então a epigrafia fúnebre resgatou em sua tipografia a aparência clássica, especialmente ligada à tradição romana. Além disso, as inscrições seriam compostas de forma semelhante à página de rosto e ao cartaz oficial, dispondo as informações de forma visivelmente seccionada. Com textos curtos que poderiam ser lidos rapidamente, a epigrafia fúnebre era cada vez mais endereçada ao público, aspecto que ganharia um primeiro verniz nacionalista quando, no início do século XIX, as lápides deixariam de ser escritas em latim para adotar o vernáculo. Àquela época tornara-se comum nas inscrições exaltar valores sociais e virtudes familiares, assim como o sucesso financeiro do morto, o que correspondia às aspirações de uma nova classe média que, curiosa e

---

<sup>4</sup> Nos termos de Petrucci: “In [the] literary phenomenology of funerary writing, it was no longer a matter of writing the dead, but of writing of the dead, or better, *about* the dead.” (1998, p. 84, grifo do autor)

afetivamente ligada aos seus iguais, passou a registrar também nas lápides causas da morte e expressões de lamento. Outra novidade foi a atenção especial em imortalizar túmulos de crianças, jovens e mulheres que até então haviam sido negligenciados. Entretanto, as inovações, que no século XIX, configuraram cemitérios heterogêneos, com uma profusão de estilos gráficos e materiais, mantiveram, a despeito da diversidade formal, a missão de distinguir o morto.

Ao modo de um espelho, cujo reflexo é simultaneamente semelhante e diferente, a escrita fúnebre servia ao propósito de autocelebração e distinção. Reagindo ao processo de democratização, que tornou o registro dos mortos mais diverso e igualitário com o sepultamento individual, o impresso fúnebre seguiu sua vocação distintiva, especialmente, mas não exclusivamente, na imprensa diária. É interessante notar que o sumário texto esculpido nas lápides passaria também a apresentar as qualidades dos vivos em um impresso que se tornaria popular no século XIX, o cartão de visitas (PETRUCCI, 1998, p. 120-121). Esta aparentemente inusitada associação entre as inscrições em lápides individuais e o cartão de vistas, nos revelam que as relações entre mortos e vivos pode ser mais cotidiana do que atualmente podemos aceitar. Além disso, tal associação contribui para valorizar estudos dedicados aos “efêmeros” que, assim como livros e periódicos, podem ser exemplares sintomáticos das formas como o meio impresso operacionaliza mediações no cotidiano. Quando o número de visitas “necessárias” excedia a capacidade do face a face, fosse para felicitar ou lamentar, o impresso multiplicava a capacidade presencial do indivíduo, assim como podemos ler no trecho abaixo que oportunamente no período das festas natalinas, anuncia as vantagens dos cartões de visita.

Representante passivo da pessoa que o envia, ele vai em seu nome fazer a visita, lá chega, é recebido, ... e deitado no cestinho do esquecimento: – Sua missão foi preenchida.

Esse cartão, que vos custou três mil réis ao cento, em casa do amigo Paula Brito, gravado com o vosso nome, morada e emprego, acetinado e perfumado, é recebido, bom amigo, com toda a consideração com que serieis tratado. E se por acaso não o for alguma vez com os braços abertos, este só será testemunha do mau humor que, se o visseis, vos afligiria. (...)

O amigo Paula Brito, praça da Constituição n. 64, contratou um perito litógrafo francês, que sabe abrir cartões de visita pelo último gosto; aproximam-se as festas, nada mais fácil do que escolher uns 200 nomes do almanaque, e mandá-los a esmo, o resto pertence à sorte. (MARMOTA FLUMINENSE, n. 325, 24 DEZ. 1852)

Na sociedade cortesã, o cartão de vistas funcionava como afirmação e explicitação da posição social representados no nome da família, na ocupação, no endereço. Na segunda metade do século XIX, este gesto de autocelebração seria transfigurado em pose, composição e cenário na superfície magnética dos *cartes de visite* fotográficos. Para uma



sociedade pouco letrada que sobrevalorizava os laços pessoais e a presença, mantê-los e ampliá-los pode significar o caminho para ascender. Cumpre ainda dizer que o cartão de visitas, por seu formato reduzido e composição sintética, tem sua produção e recepção facilitada por grupos pouco letrados e iletrados, o que favoreceria a popularização desta brevíssima biografia impressa (FIG. 1 e 2).



FIGURA 1 – Cartão de visitas de Manuel Marques de Sousa, Conde de Porto Alegre (1804-1875), 9,5 x 6 cm.  
FONTE – Acervo do Museu Histórico Nacional, Foto do autor.

FIGURA 2 – Cartão de visitas fúnebre do Conde de Porto Alegre, 9,5 x 6 cm.  
FONTE – Acervo do Museu Histórico Nacional, Foto do autor.

### Um impressor fúnebre

Ao dilatar o campo de visão histórica do leitor, buscamos identificar como a escrita e, especialmente, os impressos fúnebres apresentam modificações nas formas como se vive o cotidiano da morte. Nos interessa, mais especificamente, compreender como se estabelecem, no circuito comunicativo impresso do Brasil oitocentista, dinâmicas de produção e recepção. Para tanto, optamos por observar as práticas de um editor, aquele responsável por realizar a mediação entre texto e leitores. Ao articular *dependência* e *diferença*, ou seja, restrições impostas pelo modo de produção técnica e econômica do texto impresso aos seus usos e apropriações potencializados pela leitura, a prática editorial



configura-se como objeto de observação privilegiado (CHARTIER, 1994). Dessa forma, são exemplares os impressos fúnebres publicados por Francisco de Paula Brito, editor pioneiro que possuiu oficinas tipográficas na capital fluminense de 1831 até sua morte em 1861. Mulato letrado, proveniente de uma família de artífices, sua ascensão social permitiu que contasse entre seus sócios o imperador e a família imperial. Tal trajetória permitiu a Paula Brito experimentar diferentes dimensões de produção e recepção do impresso constituindo uma autoconsciência extraordinariamente multifacetada. Desde seus primeiros passos como tipógrafo, ofício que nunca largou, e antes de se tornar um importante empresário das letras e editor, Paula Brito foi impressor, revisor, tradutor, redator, poeta, autor. Sua importância foi notada alguns anos depois de sua morte quando foi chamado de “o primeiro editor digno do nome que houve entre nós” por ninguém menos que Machado de Assis (Diário do Rio de Janeiro, 3 jan. 1865). Seu pioneirismo pode ser demonstrado fosse pela introdução de temáticas e gêneros antes inexistentes na imprensa nacional (“o primeiro romance”, “a primeira revista” etc.), fosse por trazer à luz escritores brasileiros (Teixeira e Sousa, Casimiro de Abreu, Machado de Assis dentre outros), fosse pelas inovações técnicas e empresariais.

Lançando mão de uma original análise de pequenas etiquetas avulsas coladas na contracapa dos livros, que serviam (e servem até hoje) à divulgação de seus comerciantes, Ubiratan Machado (2003) demonstrou como o livro era um coadjuvante nas livrarias no século XIX. Analisando anúncios veiculados na imprensa periódica à época, o historiador observou que não se anunciavam livros, mas uma diversidade de produtos – artigos de papelaria, tinta, rapé, chá, porcelana, tecidos etc. – que, assim como comprova a ênfase publicitária, eram mais lucrativos. Dessa forma, aos negócios do livro, somava-se uma grande diversidade de impressos e produtos que, se parecem secundários à primeira vista, certamente serviram para alavancar as finanças das livrarias e alimentar as tipografias, compensando o pouco lucrativo comércio de livros e a inconstância dos periódicos. Dessa forma, entre os frequentes anúncios de impressos fúnebres das diversas empresas tipográficas de Paula Brito, coletados especialmente nas *Marmotas* (1849-1861), no *Grátis* (1850-1852), no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Correio Mercantil* (1831-1861), listamos alguns produtos que oferecia: “Anúncios de missas”, “Bilhetes de visita”, “Cartas de convite à missa do 7º dia”, “Cartas de enterro”, “Cartões”, “Convites” “Dísticos impressos”, “Inscrições para grinaldas fúnebres”, “Papel fúnebre” e “Regulamentos para depósitos de cadáveres”. Além disso, é relevante destacar que os anúncios acompanhavam

uma sazonalidade, especialmente acompanhando a popularidade do culto aos mortos e aos túmulos em cemitérios quando se aproximava o dia de finados. (FIG. 3 e 4)



FIGURA 3 – Inscrições para catacumbas.  
FONTE – Diário do Rio de Janeiro, 30 out. 1853.

FIGURA 4 – Inscrições para cemitérios.  
FONTE – Diário do Rio de Janeiro, 1º nov. 1860.

Para a elite econômica e intelectual, impressos fúnebres funcionavam para escrever o nome do morto na história, distinguindo-se a família e o futuro da “linhagem” entre os vivos, especialmente em relação a uma temida morte anônima e ao apagamento da memória. Buscava-se claramente a distinção com a impressão de livretos individuais dedicados a mortos ilustres como Pedro I, Evaristo da Veiga e José Bonifácio. Dessa forma, na introdução de um grandioso *Monumento em memória do Brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcellos e de seu irmão Francisco de Paula Vasconcellos oferecido a seu sobrinho o Exmo. Sr. Manoel de Frias Vasconcellos presidente do Pará por F. de Paula Brito*, o próprio autor-editor argumentou em favor da monumentalidade do livro contrapondo-o à efemeridade do periódico:

O jornalismo, lido como é entre nós, e logo posto de parte, não é o meio mais eficaz para perpetuar o nome de um homem que por suas raras virtudes e transcendentales qualidades se tenha sabido colocar acima de todos os outros homens; não, tão enobrecida vida necessita de *um monumento mais perdurável*. (BRITO, 1859, p. VII-VIII, grifos nossos)

Dessa forma demonstrava-se especial preocupação com a materialidade do registro. Antes de ser monumentalizada em livro, a memória do morto célebre já fora impressa de forma fragmentada no periódico. Paula Brito fez questão de descrever suas intenções ao editar o opúsculo, sem deixar de destacar o próprio processo de edição e sua proximidade com toda a linhagem daqueles que estavam ali representados, dos mortos aos vivos:

Quando empreendi a publicação desta obra, dois foram os fins que tive em vistas:— eternizar por meio deste monumento a memória do brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcellos, e dar a seu irmão, o marechal Francisco de Paula

Vasconcellos, mais uma prova do respeito que sempre lhe consagrei, e do alto apreço em que sempre tive as suas nobres qualidades; a morte, porém, arrebatou-o antes de completo o trabalho, para o qual S. Ex. Em parte contribuíra, colecionando ele mesmo os jornais de que eu não tinha conhecimento, impressos esses que na véspera do seu passamento determinou que me fossem entregues. (*Ibidem*, p. V)

O “monumento de papel” foi inicialmente encomendado por Francisco de Paula Vasconcellos, entretanto, tendo falecido poucos meses depois do irmão que pretendia homenagear, ficou aos cuidados do sobrinho e do editor, que surgem como os signatários da maior parte dos exemplares na lista de assinaturas que ocupa as páginas finais do opúsculo. O marechal teve o cuidado de colecionar artigos publicados em jornais dedicados à memória do irmão, já com o objetivo de eternizá-los na forma impressa. É interessante notar aqui um leitor atento à construção da memória impressa, pois lê, seleciona e recorta, como um editor, agindo contra a efemeridade do jornal e apostando em sua publicação em volume. Importante destacar que esta exploração de uma qualidade “monumental” do impresso fúnebre, coincide, como vimos acima, com a proibição do enterro nos subsolos e contornos de igrejas ou os conventos em 1854. Privados da visibilidade pública, ilustres passaram a conservar sua memória na forma impressa (FIG. 5).

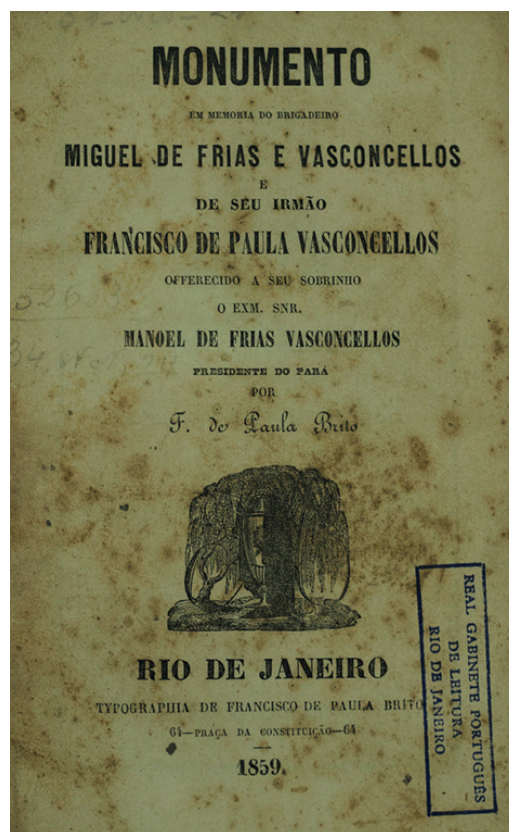


FIGURA 5 – Folha de rosto do *Monumento em homenagem ao Brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcelos...*  
FONTE – BRITO, 1859. Acervo do Real Gabinete Português de Leitura.

O volume foi a forma preferida para aquele impresso fúnebre que aspirava a eternidade. Neste sentido, é notável o registro dos mortos no interior da insuspeita literatura. Encontra-se nas páginas iniciais de *Olgiate*, incursão de Gonçalves de Magalhães na tragédia, publicado em volume por Paula Brito em 1841, uma dedicatória que pretende registrar a memória de seu recém falecido pai. O autor escreve sua epígrafe como uma lápide, onde se dispunha (e ainda se dispõem) informações que se acreditava necessárias para registrar o morto: nome, sobrenome, qualidades familiares, idade e data de morte. Em jogo com a memória do pai, se encontrava o sucesso literário do filho que poderia garantir a transfiguração do livro em uma espécie de monumento fúnebre, simultaneamente familiar e público.

À Memória  
De meu respeitável pai  
Pedro Gonsalves de Magalhaes Chaves,  
Sua alma subiu a Deus  
Em 12 de outubro de 1841,  
Viveu entre os homens 86 anos e 6 dias;  
Deixou a seus filhos  
Exemplos edificantes  
De todas as virtudes cristãs.

Nas colunas dos periódicos publicados por Paula Brito, a escrita fúnebre mostrou-se de formas diversas, desde épicas necrologias a simples obituários, além da transcrição de longos discursos proferidos em enterros e missas, poemas elegíacos, convites, agradecimentos de presença etc. É fácil observar gestos gráficos que buscam distinguir os mortos a partir da posição e composição dos textos, maior ou menor extensão, presença ou ausência de gravuras. Para demonstrar tais gestos, selecionamos uma necrologia redigida e publicada por Paula Brito em memória de Joaquina Rosa de Vasconcellos e Silva que ocupou a primeira página de sua *Marmota Fluminense*. A despeito do destaque que se confirma com a gravura de um luxuoso túmulo onde descansa o anjo da morte, percebemos na leitura do texto que a distinção já não dependia das qualidades do morto. O editor-redator destacou o relacionamento afetivo que manteve com a falecida, apresentando-o como principal motivo para que ela tivesse sua necrologia impressa: “Eu, que fui, como seu filho mil vezes por ela amamentado, embalado em seu colo (...) pago-lhe uma dívida sagrada, como amiga que era de minha já falecida mãe, escrevendo estas linhas em sua memória, e rogando a Deus pela salvação de sua alma”. (MARMOTA FLUMINENSE, n. 579, 4 mai. 1855). Certamente, a grande maioria dos mortos não tinha a mesma sorte de ter seu nome registrado em linhas impressas, e com tanto destaque!. Em um trecho de outra

*Necrologia* assinada por Paula Brito, o autor-editor confirma que, independentemente de sua fortuna ou celebridade, o morto deve ter sua história publicada, especialmente se fosse amigo do editor:

Não obstante ser somente usual fazerem-se recordações fúnebres, ou necrologias, por homens célebres em ciência, ou em valor; o sagrado dever da gratidão me obriga a dizer duas palavras sobre a morte do meu Amigo o Sr. Theodoro José da Silva, o que se não foi um homem notável por causa de seus feitos públicos, também nenhum dano causou à Sociedade durante sua vida (A MARMOTA NA CORTE, n. 20, 13 nov. 1849).

No século XIX, o impresso suportou as mais diversas homenagens e registros dos mortos, contribuindo para incluir na tradicional escrita fúnebre uma nova personagem: o homem de classe média, o homem comum, o homem sem qualidades. Ao produzir impressos fúnebres para grupos cada vez mais numerosos de “comuns”, Paula Brito refletia a escrita mais igualitária que passou a identificar lápides individuais nos cemitérios. A composição poética, como as populares rimas em “quadrinhas”, embaralhava o fúnebre com o literário, descolando-se da singularidade do falecido com o objetivo de sensibilizar os leitores em geral, transfigurando a homenagem em reflexão existencial que versava sobre a morte. A reprodução mecânica facilitou que o endereçamento impessoal do impresso pudesse ser convertido na representação de “muitos”, ou do “simples plebeu” como podemos conferir em *Oremos Irmãos!*, poema de Paula Brito publicado oportunamente no dia de finados, data especialmente dedicada ao culto dos mortos, quando o editor intensificava a publicação de anúncios de impressos fúnebres.

Como o simples plebeu, a Majestade  
Também no fundo jaz da terra fria!..  
Quem no mundo vaidade agora ostenta,  
Também há de no pó volver-se um dia!..  
(MARMOTA FLUMINENSE, n. 644, 2 nov. 1855)

A formação de uma classe intermediária urbana no século XIX correspondeu à ampliação do público leitor, que teve como maior novidade no contexto brasileiro a inclusão de mulheres e jovens estudantes. Além disso, a escrita fúnebre foi adotada por grupos pouco letrados e iletrados que, a seu modo, imitavam, corrompiam e miniaturizavam os monumentos de papel para render homenagens aos seus mortos. Tal demanda não passaria despercebida por Paula Brito, que, devido à sua qualidade multifacetada oferecia também seus talentos de autor e revisor: “As portas do estabelecimento (...) abrem-se mesmo a deshoras [sic] – especialmente para cartas de enterro. Por mais ininteligível ou



incorreto que seja o manuscrito é aceito, reformado, e a obra sai publicada em regra.” (O Grátis da Marmota, 1º nov. 1859). Entretanto, se a intenção era similar à da tradição praticada pelas elites – distinção social –, a recepção encontrava-se revestida de um forte efeito místico, uma vez que a decodificação dos sentidos impressos seria corrompida por aqueles que não dominavam escrita e leitura. Assim como se operou na diversidade de estilos da epigrafia nas necrópoles com a adoção de lápides individuais, no impresso fúnebre, uma oferta variada de matérias-primas refletiu sua vocação distintiva: “havendo, para *cartas de enterro*, papel *especial*; tanto assombreado com orla preta, para adultos; como cor de rosa, com orla escarlata, para anjinhos” (MARMOTA FLUMINENSE, n. 381, 18 jul. 1853).

### Por um fim mais bem humorado

Dentre os impressos de Paula Brito se encontram preciosos vestígios da *Sociedade Petalógica*, grupo “litero-humorístico” que mantinha em suas reuniões uma curiosa dinâmica de *performance ficcional*. Ao juntar “peta” (mentira, podridão) e “lógica”, na *Petalógica* mentir era um gesto para buscar a verdade, pretendia-se “enganar os mentirosos, mentindo-lhes”. Um trecho do diálogo de “dois compadres”, espécie de registro de uma conversa Petalógica, questiona a aparente contradição entre as ambições literárias e os interesses comerciais do escritor fúnebre na figura paradoxal do “vate-catacumba”. Tal movimento de justapor algo que aparentemente incompatível, a finalidade sem fim do literário e o cotidiano da morte (inclusive em sua mesquinha dimensão econômica), dispara uma reflexão cômico-existencial no leitor.

– Escrever bem, e ao correr da pena, só permite Deus aos seus escolhidos! Para esses é que há cisnes no lagos.  
– E para os outros?  
– Há outras aves.  
– Por exemplo urubus, para fornecerem penas aos vates-catacumbas. A propósito de urubus: olhe que a família dos carpidores por interesse é já bem antiga!  
– Oh! Já Horácio falava deles! E senão veja como estão bem descritos na sua arte poética, falando dos que fazem versos sem convicção:  
‘Assim como os que choram por dinheiro  
Nos enterros, mostrando verdadeiro  
Tal pesar, que parecem sobre o assunto  
Sentir mais, que os parentes do defunto!’  
– Com efeito! Dir-se-ia terem sido estes versos escritos para hoje!  
(MARMOTA FLUMINENSE, n. 656, 7 dez. 1855)

No mundo contemporâneo, com uma atitude marcada pela interdição da morte, onde o cenário do moribundo se encontra decorado pela assepsia do discurso médico-hospitalar, faz falta na escrita fúnebre a superficialidade crítica e escorregadia do cômico. Este breve



olhar para o impresso fúnebre é útil como contraponto, para lembrar que são possíveis outras atitudes diante da morte, outras formas de escrever e registrar a memória dos mortos, uma vez que mensagens digitais enviadas roboticamente através de “redes sociais” parecem, muitas vezes, contrariar sua própria finitude.

## Referências

- ARIÈS, Philippe. **Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BRITO, Francisco de Paula. **Monumento em memória** do Brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcellos e de seu irmão Francisco de Paula Vasconcellos oferecido a seu sobrinho o Exm. Snr. Manoel de Frias Vasconcellos presidente do Pará por F. de Paula Brito. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1859.
- BRITO, Francisco de Paula. **Poesias**. Rio de Janeiro: Typographia Paula Brito, 1863.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora UnB, 1994.
- CÓDIGO de posturas da ilustríssima Câmara Municipal. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro de P. Brito, 1854.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & A rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- GONDIM, Eunice Ribeiro. **Vida e obra de Paula Brito: Iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro (1809-1861)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- MACHADO, Ubiratan. **A etiqueta de livros no Brasil: Subsídios para uma história das livrarias brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- MAGALHÃES, D. J. G. de. **Olgiato: Tragédia em 5 atos**. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. Paula Brito, 1841.
- PETRUCCI, Armando. **Writing the Dead: Death and writing strategies in the western tradition**. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- RAMOS JR., José de Paula, DEAECTO, Marisa Midori & MARTINS FILHO, Plínio (orgs.). **Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, Com Arte, 2010.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **Império: a corte e a modernidade nacional, história da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.